

Estruturas, processos e trajetórias do ativismo indígena: para uma antropologia do engajamento militante no Rio Negro.¹

Sidnei Peres
Universidade Federal Fluminense

Resumo.

A partir da análise da trajetória de um militante indígena, mas remetendo também a outros casos, esta comunicação apresentará sucintamente uma etnografia das estruturas e processos organizacionais, simbólicos e institucionais do ativismo étnico no Rio Negro, Amazonas. O recrutamento como mão de obra no extrativismo sob regime de aviamento, a escolarização nos centros missionários salesianos são os referenciais fundamentais das experiências (memórias) de sofrimento codificadas na linguagem do movimento indígena. O engajamento militante em questão implica numa inserção específica em redes associativistas de âmbito local, regional e nacional, ligadas principalmente a esferas públicas transnacionais e atores globais não-estatais relacionados às políticas de preservação ambiental e de defesa dos direitos humanos.

Palavras-Chave: antropologia, engajamento militante, movimento indígena.

Trajetoórias I...

Argemiro Ferreira²   o atual presidente da Associação Indígena de Barcelos (ASIBA). Ele foi eleito presidente da diretoria provisória em dezembro de 1999 e reeleito como presidente da diretoria definitiva para o período de 2000 a 2004 na assembleia de junho de 2000 e reeleito mais uma vez em 2004. É um dos principais responsáveis pela consolidação da ASIBA devido à extrema dedicação com que desempenha o seu cargo.   também grande conhecedor dos mitos e histórias do seu povo. Tem carisma, aguçado senso da realidade a sua volta e grande capacidade oratória, incorporando criativamente a retórica mais abrangente do movimento indígena ao contexto local. Ele   Tariana, nasceu na comunidade Marabitanas, no rio Vaupés. Ele fala tukano, piratapuaia, castelhano e português. Seu pai   Tariana e sua mãe   Piratapuaia. Sua esposa   Tukano, com quem tem nove filhos sendo que um deles é adotado.

Quando sua mãe morreu Argemiro tinha três anos de idade. O seu irmão foi estudar no internato salesiano de Taracua . Ele queria ir, mas não o aceitaram porque ele era muito novo. Ficou muito triste em Taracua , mas não retornou com seu pai para a comunidade Buzina. “Andou jogado no rio Tiquié”, como ele mesmo disse, durante um ano. Retornou para Tara-

¹ Trabalho apresentado na 26 . Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil, no GT 10 “Antropologia, Engajamento Militante e Participação Política”. Esta comunicação está baseada em reflexões sobre o material dos capítulos 14 e 15 da minha tese de doutorado (Peres, Sidnei. Cultura, Política e Identidade na Amazônia: o associativismo indígena no Baixo Rio Negro. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003).

² Os nomes dos militantes da ASIBA cujas trajetórias são apresentadas aqui são fictícios. Os nomes dos outros militantes da ASIBA e da FOIRN aqui mencionados não foram alterados, pois somente sua atuação pública foi considerada aqui.

cuá com a sua tia, a irmã mais velha do seu pai, que atualmente vive em Manacapuru. O pai dele foi buscá-lo e ele não queria ir, mas foi levado para Buzina. Um patrão colombiano apareceu por lá procurando pessoas para extrair seringa no seu país. Como o colombiano “trouxo muita mercadoria” e seu pai já estava com outra mulher resolveu então andar pela Colômbia. Ele foi junto com o pai e a madrasta. Passou a maior parte da infância na Colômbia.

Um primo de Argemiro, de Santa Isabel, construía botes e vendia na Colômbia. Tornou-se um homem poderoso e rico, vendia os botes a preços elevados para os seringueiros. Ele tinha muitos motores e muitos seringueiros. O pai dele era primo do avô de Argemiro. Tratava bem a sua freguesia, pagava-os bem e “não meio assim escravizados”. Ele pagou a dívida do pai de Argemiro ao patrão colombiano. Ficaram trabalhando para o primo no rio Idara na Colômbia vendendo lenha. Conseguiu pagar sua conta com o primo extraíndo seringa e assim “ficaram independentes do patrão”. Seu pai construiu uma canoa e foi para Mitu, capital do departamento Vaupés na Colômbia, onde moraram durante muito tempo. Depois viagem a remo até Yauareté. Argemiro então já tinha dez anos de idade e foi estudar no internato salesiano de Taracuá. Teve dificuldade no início, pois mal sabia falar o português, pois usava mais a língua castelhana para se comunicar. Como no internato o grau de escolaridade era apenas até a 4ª série foi para São Gabriel da Cachoeira procurar emprego a fim de conseguir dinheiro e continuar os estudos. Trabalhou durante um curto período na prefeitura, mas a remuneração era baixa e se demitiu. Passou a vender lenha junto com seu pai para a CELETRA (Companhia Estadual de Eletricidade). Não conseguiu economizar dinheiro para se matricular no colégio salesiano, mas como não tinha toda a quantia para pagar a matrícula o bispo Dom Miguel Allagna recusou sua entrada. Voltou para Marabitanas e depois retornou a São Gabriel para tentar estudar novamente. Descarregava as balsas da prelazia; as mercadorias eram enviadas para todas as missões no Rio Negro: Taracuá, Pari-Cachoeira, Assunção do Içana, Yauareté, etc. Dom Miguel Allagna que conseguiu este emprego para Argemiro. Conseguiu com muito esforço terminar a sétima série, no turno supletivo. Deixou esta ocupação por causa de desavenças com o chefe salesiano dos estivadores.

Argemiro então conheceu um empreiteiro e foi trabalhar com ele para a empresa Queiroz Galvão. Faziam cercas para os quartéis, construía casas, etc. Nesta época, anos 1970, o Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) estava sendo instalado, uma subsidiária do DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem) e outras firmas industriais e técnicas incumbidas da construção da Perimetral Norte. Argemiro morava no alojamento junto com a “peãozada”. Seu pai o procurou e o convidou para lecionar em Marabitanas, pois faltava professor lá, onde ele permaneceu durante seis anos. Em 1982, viajou para Barcelos, em busca de

emprego. Recebeu uma proposta de emprego na retransmissora de TV, iria atender telefonemas e fazer outros serviços. Retornou para sua comunidade no rio Vaupés para avisar a seu pai que iria trabalhar em Barcelos, queria ficar somente por uma ou duas semanas, mas os pajés fizeram um cigarro, benzeram o coração dele e o prenderam na comunidade. “Mas eles fizeram um cigarrão lá e me seguraram, me prenderam. Eles têm esses costumes. Os pajés, eles prendem. [...] Eles benzem o coração da gente também pra se acostumar, tudo, tudo eles fazem. Parece que você está na sua casa, mesmo se for de fora”. (Argemiro Ferreira, entrevista).

Fez concurso para agente de saúde e foi aprovado. Quando concluiu o estágio de três anos abriram vagas no SUS (Sistema Único de Saúde). Ficou como funcionário efetivo, com carteira de trabalho assinada. Trabalhou durante dez anos na área de saúde, atendia a quatorze comunidades do rio Vaupés, de Marabitanas até abaixo de Taracua. Mesmo assim viajou por oitenta comunidades no distrito de Yauareté dando remédios, fazendo reuniões e dando palestras sobre prevenção de saúde, higiene, nutrição, etc. Argemiro pediu demissão devido a um desentendimento com a diretoria da FNS (Fundação Nacional de Saúde) em São Gabriel da Cachoeira porque ela não providenciou a remoção do seu pai a Manaus para fazer uma cirurgia. Já estava casado. Argemiro Ferreira participou ativamente da criação da União Indígena do Distrito de Iauareté (UNIDI) e das manifestações organizadas por esta organização contra a demarcação em colônias agrícolas e o Projeto Calha Norte, apesar de não ter exercido nenhum cargo de direção, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Mudou sua residência para São Gabriel da Cachoeira onde permaneceu durante um ano na casa de um tio, no bairro Boa Esperança. Quando acabou o dinheiro que tinha poupado quebrou pedras para vender. Mudou-se para o bairro Dabaru, construiu mais um cômodo na casa de uma “avó” Tukano (mãe de um primo do seu pai, aquele que pagou a dívida dele com o patrão colombiano). Resolveu então ir para o Balaio. Deram a ele um terreno muito bonito para sua família fazer roça, mas Argemiro não se adaptou bem ao lugar. Tinha muita malária, era muito isolado, o preço da passagem de ônibus para São Gabriel era alto. Moraram separados da comunidade durante três anos. Não cogitava ainda em ir para Barcelos, mas admitiu mudar novamente de residência. A visita de uma tia sua que mora no Rio de Janeiro foi decisiva para convencê-lo a viver novamente numa “sociedade grande”.

Argemiro Ferreira vendeu alguns pertences para viajar logo para Barcelos, mas seus filhos pegaram gripe e por isso ficou ainda por três meses em São Gabriel da Cachoeira na casa de um tio no bairro Boa Esperança. Gastou todas as suas economias enquanto esperava o restabelecimento da saúde dos filhos e por isso teve que pedir uma passagem de recreio para

Barcelos a um funcionário da FUNAI que era seu amigo, pois já tinha feito as transferências das vagas dos filhos para o colégio salesiano de Barcelos. Este conseguiu a autorização no barco para a viagem de Argemiro com a sua família. Chegaram a Barcelos em março de 1998. Dois tios dele já moravam lá. Um deles há mais de trinta anos e tem uma pequena padaria. Foi este que cedeu um pedaço do seu terreno para Argemiro construir a sua casa. Sua esposa fazia bolsas de crochê e outras peças de artesanato e vendia para uma loja situada no centro da cidade.

Como o então prefeito José Beleza estava dando material para as pessoas construírem as suas casas, Argemiro o procurou. Eram muito precárias as condições de sustento da família. Ele tem oito filhos. Os maiores vendiam dindim (picolé ensacado) e ajudavam a fazer o artesanato. Ele solicitou também ao prefeito um terreno para fazer roça. Depois de cinco meses já colheram a mandioca e fizeram farinha para vender em casa. A clientela foi crescendo e a situação melhorando. “[...] E foi quando surgiu esse movimento indígena aqui em Barcelos. Lugar que eu nunca esperava ter movimento indígena [...]” (Argemiro Ferreira, entrevista). Foi avisado por um tio sobre a reunião indígena ocorrida no salão paroquial no dia 05 de novembro de 1999. Argemiro resolveu então comparecer ao evento somente para ver o que estava acontecendo. Não pretendia mais se envolver com movimento indígena, queria permanecer “escondido”, sem aparecer, discreto, queria mudar o rumo da sua vida. Seu objetivo era apenas sustentar sua família, trabalhar ao lado dos filhos para educá-los. Barcelos era o lugar ideal para isso. Na reunião Ismael Moreira que o conhecia lá de Yauareté e é Tariana como ele o convidou a participar da comissão provisória encarregada de fazer o estatuto de uma futura associação indígena. Argemiro aceitou e foi eleito presidente da ASIBA durante o I Encontro Indígena de Barcelos, em dezembro de 1999.

Trajetórias II...

D^a Camila nasceu no sítio Vista Alegre, em Santa Isabel do Rio Negro. Era uma antiga comunidade, onde moravam muitas famílias e um patrão de piaçava, cearense, que tinha colocações no igarapé Ia, rio Marié. Esse patrão também atuava na extração de seringa e o pai de D^a Camila era um dos seus fregueses. Seu pai, Tukano, nasceu no rio Papuri, assim como sua mãe que era Desana. Eles migraram por falta de comida (peixes e caça) para trabalhar no corte da piaçava no rio Preto, Médio Rio Negro. Depois, resolveram mudar de patrão e de residência e se deslocaram para o rio Darahá, na ilha de Bela Vista. D^a Camila estudou durante três anos (1960 a 1962) no internato salesiano em Santa Isabel. O marido dela não é indígena,

nasceu em São Tomé, à jusante de Santa Isabel do Rio Negro. Ela fala o nheengatu ou língua geral. Mora a treze anos na cidade de Barcelos, vindos de Tapereira, no município de Santa Isabel, onde moraram por cinco anos. Mudaram para Barcelos por causa dos estudos do filho mais velho, pois em Santa Isabel não havia 2º grau na época. Atualmente sua família vive da venda de artesanato, não fazem mais roça, e ela e seu marido são filiados a Associação de Artesãos de Novo Airão.

Dª Palmira e Dª Celestina são irmãs, as duas são Baré e moram no bairro São Sebastião. O pai delas, que faleceu em janeiro de 2001 com 71 anos de idade, nasceu na comunidade São Felipe no alto rio Negro perto da foz do rio Içana. Ele falava nheengatu e identificou a origem da sua esposa como “venezuelana”. Dª Celestina nasceu no rio Jurubaxi, no município de Santa Isabel do Rio Negro. Antes de morar em Barcelos, para onde foi há cinco anos, morou durante quatro anos em Santa Isabel e morou também em Carvoeiro, no baixo rio Negro, onde era professora e tinha um sítio próximo deste povoado. Dª Celestina entende, mas não fala o nheengatu, enquanto sua irmã Palmira entende e fala o nheengatu. O marido de Dª Celestina é Baré e o marido de Dª Palmira é Tukano.

A professora Solange Miranda nasceu em Mitu, sede do departamento do Vaupés na Colômbia. Seu pai é Desana e sua mãe é Tukano. Quando ela tinha um ano de idade mudou de residência para São Gabriel da Cachoeira, porque seu pai era pedreiro e lá ele conseguiu emprego. Permaneceram lá durante três anos até migrarem direto para a cidade de Barcelos: “descendo o rio, procurando mais recurso, mais melhoria na família”. Morou nas margens do igarapé Salgado, junto com um empregado da Missão Salesiana que cuidava do gado. Depois morou no Mariuá e viveram durante 17 anos na cidade. Resolveram então ir para o interior e aceitaram a oferta dos salesianos para tomarem conta de uma fazenda da paróquia no rio Demeni que estava abandonada. Os pais de Solange Miranda foram os primeiros moradores da atual comunidade de Samaúma. Depois outros migrantes indígenas (Tukano, Desana, Tuyuca, Piratapuia) que trabalhavam na extração da piaçava no rio Aracá e moravam na cidade em Barcelos se estabeleceram lá também à convite da sua mãe. Ela só fala o português, ao contrário de seus pais que falavam o tukano e o nheengatu. Seu marido não é indígena, nasceu em Manaus. Ela estudou durante seis anos no internato em Barcelos e dois anos em Manaus, retornando então para Barcelos onde se empregou na prefeitura. Como professora leciona em comunidades do interior do município.

Dª Camila (Tukano) e Dª Palmira (Baré), lideranças dos bairros Aparecida e São Sebastião respectivamente, já vinham conversando com Ismael sobre a possibilidade de mobilizar os “parentes”. Elas, junto com Dª Celestina (Baré) e com a professora Solange Miranda

(Desana), foram as principais articuladoras de um levantamento da população indígena da cidade proposto por um dos diretores da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Miguel Maia, para subsidiar uma proposta de ampliação do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro/DSEI-RN.

Processos...

Em 1999, foi realizado um levantamento sobre bens culturais a serem preservados em Barcelos, a partir do registro e reconhecimento como patrimônio nacional, por uma equipe da 1ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, sediada em Manaus e com jurisdição sobre os Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. Barcelos foi selecionada como experiência-piloto para o “Inventário Cultural da Amazônia Ocidental”. Esta atividade estava inserida no projeto “Inventário do Rio Negro: Rota Cultural de Iauaretê a Manaus” (Abraham, 2001).

Inicialmente o enfoque seria na preservação da memória reificada em edificações (o prédio da antiga Missão Salesiana, a igreja de Nossa Senhora da Assunção e a capela de São Caetano) que remetem a um passado histórico valorizado coletivamente. Em julho de 1999, uma equipe de arquitetos e estagiários deste órgão governamental de registro e catalogação — e, portanto, de imaginação da nacionalidade atribuindo reconhecimento oficial ao imprimir um selo de qualidade cívica a certas manifestações das “tradições populares” — da “cultura nacional” fez o levantamento arquitetônico das edificações mais antigas do município (produção de fotografias, plantas cadastrais e desenhos de situação, cobertura, plantas baixas). Nesta mesma ocasião foi realizado o inventário das referências culturais da cidade através de entrevistas com os seus moradores indígenas. Esta visita foi programada para gerar dados preliminares para iniciar o Inventário do Patrimônio Cultural e Edificações do Centro Histórico da Sede do Município de Barcelos, e contou com a colaboração do prefeito José Beleza e da secretária de turismo, Josely de Macedo Bezerra, que acompanhou os trabalhos dos funcionários do IPHAN. O objetivo era firmar um convênio de cooperação técnica com a prefeitura de Barcelos para treinamento de pessoal a fim de implementar uma “metodologia de inventários e futuros projetos de otimização do Complexo Histórico Arquitetônico de Barcelos”.

Ao constatar a presença de famílias indígenas oriundas do Alto Rio Negro a superintendente do IPHAN decidiu redirecionar o levantamento para o patrimônio cultural indígena, tomando como pretexto a produção artesanal existente na cidade de Barcelos, onde a arquitetura enquanto suporte material da memória não oferecia boas condições aos esforços de regis-

tro e produção oficial do passado.³ Neste sentido, o trabalho se voltou para uma memória mais difícil de captar, para uma memória inserida e rotineiramente reproduzida no fluxo contínuo das interações cotidianas e modificada no curso dos processos sociais presentes. Tal escolha privilegiou assim a pesquisa sobre as referências culturais intangíveis e invisíveis, ou seja, não materializados no espaço físico, reconhecendo, através do registro escrito e audiovisual e conferindo-lhes o título de patrimônio nacional, as expressões da memória inscritas nos corpos, nos comportamentos, no vestuário, nos hábitos alimentares, na língua. Não tiveram êxito; brancos estranhos querendo saber sobre suas origens, qual a sua “tribo”, trazer à luz, ao centro do palco, para o meio da “rua” sua memória cuidadosamente guardada (a língua, o caxiri, a farinha, o beiju, o chibé, a quinhapira, as rezas e benzimentos, os mitos de origem, as histórias de encantados e curupiras, de matis e maquiritares, etc) no seio do grupo doméstico, diferenciando-os do restante da população de Barcelos, contrariava uma poderosa razão de eles estarem naquele lugar: “virar branco”.⁴

O escritor Tariana e militante indígena Ismael Moreira, residente há muitos anos em Manaus, foi convidado para estabelecer um clima de confiança e viabilizar o trabalho entre os moradores indígenas de Barcelos. Ele já havia publicado um dos seus livros pelo IPHAN. Foi um dos fundadores da COIAB, quando também participava do movimento dos estudantes indígenas de Manaus. Durante o ano de 2001 estava contratado como agente de cultura indígena e trabalha no Centro de Produção e Cultura da COIAB. Ele foi integrado à equipe do IPHAN, aplicou questionários e coordenou reuniões nas casas de 131 famílias indígenas, de 27/10 a 10/11/1999, aflorando um sentimento latente de pertencimento coletivo a partir da afirmação pública da sua origem étnica diferenciada e da experiência comum de privações e discriminações no contexto urbano do Baixo Rio Negro. Explicava o que era uma organização indígena e qual a sua finalidade.

A decisão não era fácil; implicava na apresentação pública de uma identidade ligada a uma condição repleta de conotações pejorativas no cenário interétnico local e atribuída aos longínquos Yanomami das cabeceiras dos rios Aracá e Padauri, que ficavam sob os cuidados e a responsabilidade do núcleo de apoio da FUNAI quando visitavam Barcelos, e aos “índios do Alto Rio Negro” enquanto permanecem lá nas suas terras demarcadas pelo governo federal. A emergência de tal consciência reflexiva da cultura e da identidade não se encaixa com-

³ Na segunda metade do século XVIII quando a vila de Barcelos se tornou a sede da Capitania do Rio Negro as construções públicas erguidas foram demolidas depois que a capital foi transferida definitivamente para Barra do Rio Negro (atual Manaus), no início do século XIX. Atualmente uma das poucas edificações remanescentes de períodos históricos pretéritos em Barcelos é o conjunto arquitetônico da antiga missão salesiana.

⁴ Eles usam termo “tribo” para designar tanto o que os antropólogos convencionaram chamar de “clã” ou “fratria” quanto para designar a “etnia”, grupos exogâmicos e patrilineares mais abrangentes (Tukano, Desana, Arapáço, Piratapuia, Baniwa, Baré...).

pletamente na consciência prática da etnicidade na qual a categoria de “caboclo” — síntese simbólica da aspiração de autonomia — serve para fixar fronteiras tanto diante dos “brancos” como diante dos “índios”, da “civilização” e da “selvageria”, ambos aproximados pela ausência de autocontrole.

A implementação de um sistema de atendimento diferenciado à saúde no Rio Negro se constituiu em uma forte preocupação na FOIRN, ocupando um espaço cada vez maior na sua estrutura organizacional. No plano microrregional os convênios de parceria firmados com a SSL e a FUNASA, a partir de 1996, uma aproximação maior com a associação de agentes indígenas de saúde, a proposta em 1999 e a implementação em 2000 da grande rede interinstitucional de atenção sanitária do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro culminaram no estabelecimento de um novo tipo de relacionamento com o Estado brasileiro. Pela primeira vez vultosos recursos públicos estavam sendo direcionados para a promoção da saúde indígena no Rio Negro, e no Brasil, respeitando suas diferenças culturais e com uma considerável participação e organização dos beneficiários.

Em 1998 começaram as discussões sobre o Distrito Sanitário Especial Indígena/DSEI. Os encontros foram realizados em Manaus. Nessa época Bonifácio José, então secretário da FOIRN e responsável na diretoria pelas questões de saúde, estava ocupado com outras atividades e por esta razão Miguel Maia o substituiu em uma das reuniões, em setembro de 1998, cujo tema era a abrangência geográfica do programa. As secretarias de Santa Isabel e Barcelos não foram para a reunião. O distrito iria até acima de Santa Isabel, onde é terra demarcada. Miguel então falou da existência de populações indígenas em Santa Isabel e inclusive em Barcelos.

Santa Isabel e Barcelos foram incluídos na proposta final, concluída em 1999, do distrito para o Rio Negro, mas seria implementado primeiro em São Gabriel da Cachoeira onde o processo estava mais avançado e nos outros dois municípios seriam realizados levantamentos antropológicos e epidemiológicos. Em Santa Isabel já havia o levantamento antropológico, feito em 1994, pelo antropólogo Márcio Meira. Mas antes da formulação final do plano distrital, encaminhado para a FUNASA de Brasília, houve uma reunião entre representantes da FOIRN, da FUNASA com as secretarias municipais de saúde em Santa Isabel e Barcelos sobre a população indígena e a ampliação de DSEI/RN.

Começou por Barcelos, em agosto de 1999, a reunião foi na creche municipal. Pela FOIRN foi o Miguel Maia e o Ambrósio, presidente da Associação dos Agentes Indígenas de Saúde do Alto Rio Negro (AAISARN). Estavam presentes Pedro França (FUNASA/Barcelos), Anita Katz Nara (SEMSA/Barcelos), João Mineiro (FUNAI/Barcelos), o Padre

Francisco (Paróquia de Nossa Senhora da Conceição), D^a Celestina, D^a Palmira, D^a Camila, a professora Solange Miranda (Desana) e mais quatro ou cinco pessoas representando a população indígena. A exposição começou pela FUNASA sobre a ampliação do DSEI/RN, da necessidade de fazer a identificação da população indígena nas comunidades e sítios do interior. Anita Katz Nara falou que realmente existiam índios no município mencionando apenas os Yanomami, lá na cabeceira do rio Aracá. Miguel objetou que existem também os Tukano, os Baniwa, Desana, Arapaço..., mas a secretária de saúde negava categoricamente. O diretor da FOIRN retorquiu que depois de realizado o levantamento o resultado seria mostrado para ela.

Ainda em agosto de 1999, Miguel Maia se reuniu separadamente na creche com algumas lideranças locais (D^a Celestina, D^a Palmira, D^a Camila, Solange Miranda) que trouxeram mais pessoas. Na sua maioria eram mulheres. Ficou combinada a realização de um levantamento da população indígena de Barcelos, utilizando formulários da FUNAI. Seguiu então para Santa Isabel com o objetivo de lá discutir a mesma temática. Em outubro de 1999 foram encaminhados de Barcelos 180 formulários preenchidos para a FOIRN. Aquelas mulheres responsáveis pelo levantamento fizeram várias reuniões com João Mineiro na casa de D^a Palmira.

No dia 05 de novembro de 1999, no salão paroquial de Nossa Senhora da Conceição, aconteceu a primeira grande reunião com a participação de um total de 90 pessoas de várias etnias. Essa reunião foi dirigida pelos líderes: Palmira Baré, Camila Tucano, Benjamin Baniwa e Professor Ismael Tariano. Estava presente o representante da FUNAI local, João Silvério Dias; o padre Francisco, da Paróquia Nossa Senhora da Conceição; e a secretária de Turismo, Josely Macedo Bezerra. Ou seja, três importantes instâncias da estrutura de poder municipal estavam ali inseridas: o governo federal, a prefeitura e a igreja. A assembléia indígena estabelece uma esfera de dramatização do poder e da autonomia indígenas diante das “nossas autoridades” como num ritual de inversão e domesticação das relações de força ordinárias. Este aspecto estrutural da assembléia como um espaço extraordinário (no sentido de fora do cotidiano) de manifestação da soberania dos povos indígenas sobre seus assuntos e destinos foi garantido por Ismael Moreira, devido a sua experiência militante acumulada, se tornou evidente num incidente em que a secretária de turismo foi duramente repreendida por ele ao expressar seu descontentamento com as reclamações dos participantes quanto ao tratamento que recebem nos diversos órgãos da prefeitura. Ismael Moreira exigiu que ela se calasse, pois estava numa “reunião dos índios” e só poderia se manifestar quando solicitada.

Outro fato que expressou com vigor esta idéia da assembléia como um espaço dos índios, de afirmação da sua identidade e de respeito e valorização dos “costumes dos antigos”

foram os discursos proferidos nas línguas indígenas construindo um espaço público regido por modos de comunicação relegada ao domínio doméstico. A ancestralidade foi uma referência recorrente neste novo cenário de visibilidade e reformulação da indianidade. O momento foi marcado por manifestações contundentes e sinceras de apego às tradições. Não poderemos pensar, portanto, que eram apenas esforços calculados de manipulação de elementos culturais reificados para encaminhar demandas por recursos materiais e simbólicos, mas também como práticas historicamente situadas de domesticação do estranho, reformulação de identidades e de percepções cotidianas sobre autenticidade e ancestralidade étnicas. Ideologia e ontologia étnicas não são planos da consciência separados tão radicalmente, mas entrelaçados e mutuamente determinantes. O principal assunto abordado no encontro remete a necessidade dos índios se organizarem para que sejam valorizadas e preservadas a sua cultura e a sua identidade. Dois outros termos recorrentes nesta ocasião sintetizam as aspirações e expectativas ali geradas: respeito e direito.

Sendo assim, reivindicaram o direito de serem indígenas e o respeito às suas diferenças. Ao mesmo tempo afirmaram uma identidade ampliada pela experiência comum de vida naquele pequeno contexto urbano amazônico, expandindo o termo de inclusão “parente” a todos os “índios da cidade”. A imagem da maloca surgiu como o ícone arquitetônico do processo de revitalização da cultura dos antigos. Outro aspecto marcante se refere à menção ao artesanato como uma atração turística e fonte de rendimentos para a sustentação das famílias indígenas. Houve consenso sobre a necessidade de que o levantamento e a articulação política da população indígena fossem estendidos para as comunidades e sítios do interior do município. Foi marcada uma nova reunião para os dias 10, 11 e 12 de dezembro de 1999. Após várias discussões foi criada uma comissão provisória, constituída pelos seguintes líderes: Camila Tucano, Palmira Baré, Claudino Baniwa, Argemiro Tariano, Romilda Baniwa, Edgard Baré, Benjamin Baniwa, Américo Tariano, Celestina Baré e Maria Miguel Baniwa. Estava criada a Associação Indígena de Barcelos/ASIBA.

O 2º Encontro da Comissão Provisória Indígena ocorreu nos dias 10, 11 e 12 de dezembro de 1999, no salão da escola municipal Padre Clemente Salleri, no bairro Aparecida. Estavam presentes em torno de 40 participantes das seguintes etnias: Baré, Baniwa, Tucano, Desana, Piratapuaia, etc. Miguel Maia e Bonifácio José não puderam comparecer ao evento e foram substituídos pelo Edílson Martins Melgueiro (Baniwa). Esta reunião contou com a colaboração de representantes da FOIRN e do ISA, Edílson Melgueiro; da COIAB, Ismael Moreira; e do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), Benedito Maciel. Cabe salientar a ausência de qualquer representante da prefeitura e a presença de representantes de organizações

indígenas e entidades de apoio. Edílson Melgueiro orientou a organização do processo eleitoral e ficou decidido consensualmente que apenas os dez membros da comissão provisória seriam candidatos à diretoria da ASIBA. Formou-se uma comissão para elaborar o estatuto da ASIBA⁵ e foi eleita a diretoria provisória, que ficou assim constituída: Argemiro Ferreira Tariana (Presidente), Camila Tukano (Vice-Presidente), Benjamin Baniwa (1º Secretário), Romilda Baniwa (2ª Secretária), Claudino Baniwa (1º tesoureiro) e Celestina Baré (2ª Tesoureira).

No final do encontro todos foram conclamados a manterem e cultivarem a união para o fortalecimento da organização de modo a que ela alcance seus objetivos e foi enfatizado que a ASIBA é diferente das outras associações existentes na cidade subordinadas à prefeitura. Benjamin de Jesus apontou a construção da sede para exposição de artesanato e realização das assembleias e eventos culturais promovidos pela entidade como prioridade. Propôs o encaminhamento de solicitação para que a FOIRN incluísse a verba necessária para a consecução de tal objetivo no seu planejamento orçamentário do ano 2000. Edílson Melgueiro prontamente advertiu que a prioridade deveria ser a elaboração do estatuto a fim de implementar a regularização da associação diante do Estado brasileiro e depois deveria ser feito um documento de doação do terreno cedido pela paróquia para a edificação da sede validando assim juridicamente o ato. Só então a sede poderia ser construída.

Esta reunião foi menos carregada de demonstrações emocionadas de valorização da ancestralidade e foi mais orientada para os aspectos instrumentais de estruturação da organização. É claro que estou falando de ênfase, pois o aspecto comunicativo que engendra a unidade e a solidariedade coletivas, o senso de pertencimento e lealdade étnicos ampliados, nunca está completamente ausente em uma assembleia indígena. O espaço discursivo foi ocupado predominantemente pelos enviados dos potenciais órgãos de cooperação mais permanente ou mais esporádica. Foi encarada pelos líderes da ASIBA como uma oportunidade de aprendizado sobre os direitos e a situação jurídica dos povos indígenas no Brasil. Este evento marcou então a entrada e reconhecimento da ASIBA na rede do movimento de direitos indígenas nos âmbitos mesorregional e macrorregional. Apesar de nenhum diretor das duas organizações indígenas terem comparecido, porém sem deixarem de marcarem uma presença institucional e demonstrarem intenção de apoiar a nova associação, o emissário da FOIRN transmitiu uma mensagem de vinculação mais direta e decidida. Edílson Melgueiro destacou nas suas intervenções a importância de uma associação para ter voz em instâncias de interlocução com diversas agências e para solicitar recursos financeiros para seus projetos, para se consolidar e

⁵ Leonel Baré, Peres Baré, Edgard Baré, Flávio Baniwa, Graciliano Baré, Celestina Baré, Romilda Baniwa, Cecilia Tukano, Martinho Baré e Claudino Baniwa.

crescer. Delineou a perspectiva de imersão na rede associativista da federação ao informar que depois da ASIBA formar sua diretoria, elaborar e aprovar seu estatuto e se inscrever no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), adquirindo respaldo jurídico, ficará habilitada a encaminhar seus projetos para serem incluídos nos planos orçamentários anuais da FOIRN.

Em dezembro de 1999 militantes indígenas de Barcelos já foram convidados e atenderam a um curso de capacitação de lideranças promovido pela FOIRN em São Gabriel da Cachoeira. Comunidades ou segmentos indígenas no Rio Negro adquirem visibilidade, direito de acesso e participação nas decisões e benefícios por ventura decorrentes, ao adentrar no esquema associativista da Federação. No caso da ASIBA este esforço inicial para se qualificar enquanto um personagem na trama do movimento indígena do Rio Negro foi empreendido com os recursos (materiais e simbólicos) disponíveis localmente. Os laços estabelecidos com a FOIRN se estreitaram mais com o levantamento das comunidades indígenas do município de Barcelos realizado em maio de 2000.

Trajetórias, Processos e Estruturas: associativismo indígena e engajamento militante.

O surgimento da Associação Indígena de Barcelos (ASIBA) está inserido num movimento maior de retomada de identidade étnica, associativismo indígena e conquista de direitos territoriais no Rio Negro, mas apresenta algumas particularidades.⁶ No Alto e no Médio Rio Negro o movimento indígena surgiu no contexto de lutas por demarcação de terra indígena e as associações originaram-se principalmente nas comunidades do interior. No Baixo Rio Negro o movimento indígena emergiu no seio de demandas por melhores condições de inserção no tecido social urbano, seja através da comercialização da produção artesanal e valorização de bens culturais, seja através do acesso aos serviços de saúde, e desenvolveu-se a partir de um processo de reafirmação étnica que envolveu moradores indígenas da cidade.

Nas últimas décadas do século XX a cidade de Barcelos cresceu com a migração de um grande contingente populacional indígena. Novos bairros foram formados na periferia do espaço urbano, cujos moradores são preponderantemente oriundos das comunidades e sítios do Alto e Médio Rio Negro. A maioria absoluta dos moradores indígenas da cidade é descendente (filhos ou netos) daqueles ‘caboclos’ do Alto Rio Negro (rios Vaupés, Tiquié, Papuri,

⁶ Atualmente existem mais de sessenta associações indígenas no rio Negro. Quase todas são filiadas a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), fundada em 1987, com sede na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no município de mesmo nome, no estado do Amazonas, Brasil. A ASIBA é filiada também a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), cuja sede localiza-se em Manaus, estado do Amazonas.

Içana, Aiari, Xié e alto rio Negro) que foram recrutados pelos patrões para trabalhar no extrativismo sob o regime de aviamento. Suas histórias de vida são marcadas por constantes deslocamentos por colocações, sítios, povoados e cidades do rio Negro, evidenciando uma memória biográfica cujas referências são as experiências vivenciadas no sistema extrativista regional. Antigos patrões subiam o rio Negro e traziam jovens solteiros ou casados, acompanhados ou não das suas famílias e parentes mais próximos, para trabalhar nos seringais, castanhais, piaçabais, sorvais, balatais, etc. Depois de trabalharem por um período, dependendo da boa vontade do patrão, retornavam para suas comunidades ou sítios no Alto Rio Negro até serem recrutados novamente para outra empreitada. Nessas constantes idas e vindas alguns se estabeleceram definitivamente no Médio ou no Baixo Rio Negro, para ficarem mais próximos dos locais de extração, na medida em que esta atividade constituiu-se em principal, ou até exclusiva, atividade econômica de sustentação da família. Outros patrões impuseram coercitivamente a permanência definitiva do extrativista através do mecanismo do endividamento.

Outro tipo de migrantes indígenas é constituído por aqueles que vieram de comunidades e sítios do Alto Rio Negro, para morar em comunidades e sítios do Baixo Rio Negro e depois se estabelecendo na cidade de Barcelos. Este grupo é formado por imigrantes de primeira geração oriundos predominantemente do rio Vaupés, do rio Papuri e do rio Tiquié, ou seja, pertencentes a etnias de fala Tukano. Alguns migraram há mais tempo e outros mais recentemente. São, portanto, dois fluxos de deslocamento sustentados por motivações e contextos históricos diferentes: num deles o eixo é o extrativismo diversificado posterior ao período áureo da borracha e no outro é a busca pelo acesso a equipamentos e serviços urbanos (saúde, educação, emprego, sistema de água e esgoto, fornecimento de energia elétrica, transporte, comunicação, etc) durante as últimas décadas. Estas duas correntes migratórias correspondem a experiências coletivas distintas de contato interétnico, sobrepostas às diferentes experiências individuais. Alguns destes migrantes de primeira geração também adentraram no regime de aviamento do extrativismo, porém no Alto Rio Negro e na Colômbia durante a infância ou adolescência, que não durou por toda a vida, ou mesmo já nas colocações do Baixo Rio Negro.

O trabalho de levantamento das referências culturais indígenas na cidade de Barcelos pelo IPHAN não tinha a intenção de incentivar a criação de uma organização indígena. Entretanto, no contexto urbano de Barcelos permeado por conflitos e antagonismos étnicos uma agência governamental — com agenda, interesses e princípios norteadores de atuação específicos — que toma a cultura e a memória como objeto de política pública suscitou involuntariamente um movimento de reformulação da identidade étnica, de monitoramento reflexivo da

tradição e da ancestralidade indígenas. A necessidade de alterar a metodologia de ação para melhor atingir os seus objetivos motivou a integração na equipe do IPHAN de um militante do movimento indígena na Amazônia que, jogando por água abaixo a neutralidade intencionada diante dos problemas locais e pressionado pelas próprias demandas das famílias envolvidas, politizou a situação gerada pela realização do projeto Inventário Cultural do Rio Negro.

Convergiu para este processo de emergência de uma esfera pública indígena local o esforço da FOIRN de estender os benefícios de um sistema diferenciado de atenção à saúde — uma carência fortemente sentida em Barcelos e atribuída a atitudes discriminatórias perante suas origens étnicas — para os ‘parentes’ invisíveis e marginalizados dos circuitos governamentais e não-governamentais de afirmação e produção de direitos. Logo, foi neste momento que as condições e conexões institucionais trans-locais viabilizaram o surgimento do associativismo indígena no Baixo Rio Negro.

É importante destacar como o processo de reformulação das fronteiras étnicas em Barcelos foi suscitado por levantamentos de dados sobre auto-identificação coletiva instituindo tal expediente de produção social e objetivação do Self como o método de atribuição (assumindo um sentido mesmo de averiguação) por excelência da indianidade. O resultado foi um alto grau de formalização dos procedimentos de reconhecimento pela comunidade trans-étnica imaginada no contexto urbano de Barcelos no qual o preenchimento do formulário de adesão à associação, que assim exerce certo controle sobre as demandas e sobre o processo de **indigenização** da população do município, se tornou um requisito para o acesso ao espaço social recém criado do associativismo indígena, que gera solidariedades mais abrangentes e redefine o senso de pertencimento coletivo (reuniões, assembléias, apresentações de danças e artesanato, projetos de desenvolvimento, serviços públicos diferenciados patrocinados pelo governo federal, qualificação para aposentadorias, inserção no movimento de direitos indígenas no Rio Negro, na Amazônia e no Brasil, etc). A carteira de associado indígena é a manifestação mais evidente deste fenômeno, apesar de não ser obrigatória a sua aquisição e o seu uso pelos associados. Por outro lado, retira da FUNAI o monopólio do poder designativo ou de nomeação (no sentido Bourdiano) sobre a “indianidade barcelense”.

A montagem de uma ampla rede associativa, acoplada a um aparato complexo de monitoramento altamente reflexivo das relações interétnicas, de captação de recursos oriundos da cooperação internacional através da cosmopolitização de demandas locais nos termos da cidadania ambientalista transnacional, possibilitou a inversão do estigma em orgulho étnico. Processos de individuação não se opõem neste contexto a esforços deliberados de afirmação e fortalecimento de laços e solidariedades comunitários, valorização da tradição não exclui in-

venção e inovação culturais, assim como intensa busca dos benefícios da modernidade. A militância indígena pressupõe a ambigüidade de uma adesão voluntária a vínculos e lealdades primordiais, sintetizada nas fórmulas “Eu quero ser índio” e “Nós devemos buscar os nossos costumes antigos”. Em outros termos, a militância indígena se baseia em um ato moral de reconhecimento de si mesmo, como um engajamento ético expresso muitas vezes como a revelação de uma conexão essencial a uma ancestralidade anteriormente oculta, negada, reprimida ou depreciada; ou seja, como única possibilidade de um Self autêntico, obstinadamente promovido e defendido diante do “branco” ou “civilizado” ou ainda das “nossas autoridades”.

As assembléias se constituíram em espaços acentuadamente formalizados de representação (dramatização, no sentido Goffmaniano) da indianidade, da subversão das relações de dependência interétnica e da inserção nos fluxos de bens e serviços da modernidade, na linguagem dos direitos étnicos originários. No entanto, a configuração cultural das assembléias varia conforme os distintos cenários das relações interétnicas e a estrutura do campo semântico da etnicidade, determinando a opção estratégica pela ostentação ou pela ocultação da ancestralidade enquanto recurso no jogo político das demandas por cidadania. Urge a elaboração de etnografias das assembléias a fim de evidenciarem as múltiplas combinações possíveis e os pesos diferenciados entre os seus aspectos organizacionais, identitários e institucionais; de modo a superar as abordagens que encaram o associativismo como simples aceitação passiva pelos índios de modelos políticos ocidentais.

Estudos antropológicos das trajetórias, processos e estruturas do engajamento militante no Rio Negro poderão demonstrar que a adesão às políticas de identidade étnica não é automática nem homogênea, mas depende da variedade de inserções na rede associativista de racionalização (no sentido weberiano) da etnicidade, variando da simpatia difusa ao engajamento militante. Tais posturas frente ao ativismo indígena (indiferença, adesão passiva, apoio pontual e militância) implicam na aquisição e detenção de capital simbólico e competência política pertinentes a um campo de formação de uma consciência étnica altamente reflexiva e de projetos de controle e gestão racional das relações interétnicas. A ampliação da adesão exige estratégias de mobilização coletiva que não pressupõe uma coerência lógica abstrata e previamente estipulada na comunicação entre os ativistas e os leigos. A convergência de significados entre ideologias e ontologias étnicas não requer homogeneidade cultural, mas ações mutuamente interessadas de produção de um horizonte de inteligibilidade entre os sujeitos envolvidos em um campo de práticas e representações sobre a indianidade em acelerado processo de diversificação e globalização.